

RETENÇÃO E EVASÃO ESCOLAR EM UM INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

SCHOOL RETENTION AND DROPOUT AT A FEDERAL INSTITUTE OF EDUCATION, SCIENCE AND TECHNOLOGY

*Felippe Flain Pires Santos¹
Landara Maitê Simon²
Nelson Guilherme Machado Pinto³*

RESUMO

Os fenômenos de retenção e evasão escolar estão sendo observados com mais frequência nos últimos anos. Identificar os principais fatores que colaboram para o aumento desses fenômenos é fundamental para concepção de novas propostas que auxiliem na prevenção e identificação precoce desses fenômenos. A metodologia utilizada para o desenvolvimento da presente pesquisa a torna uma pesquisa quantitativa, com característica documental, onde foram utilizadas informações obtidas em documentos internos à instituição, disponibilizados pela Coordenação de Registros Acadêmicos (CRA) do Instituto Federal Farroupilha – Campus Júlio de Castilhos além da análise de dados disponíveis na Plataforma Nilo Peçanha (PNP), onde foi possível analisar os dados e identificar os índices de alunos frequentes, retidos e evadidos na instituição, observando a situação de matrícula e índice de eficiência acadêmica. A evasão escolar é tema frequente de estudos nas instituições educacionais, seja da esfera pública ou privada, identificado como um fenômeno com constante elevação. Fato preocupante, pois na instituição em questão, o índice é significativo frente ao número de evadidos identificados durante a extração e análise dos dados colhidos no processo de pesquisa.

Palavras-chave: Retenção escolar; Evasão escolar; Gestão Pública.

ABSTRACT

Retention and dropout phenomena are being observed more frequently in recent years. Identify the main factors that contribute to the increase of these phenomena and are fundamental for new applications that help in the detection and early identification of these phenomena. The

¹ Técnico Administrativo em Educação no Instituto Federal Farroupilha – Campus Júlio de Castilhos, especialista em Gestão Pública, aluno especial do PPGOP - UFSM. E-mail: lippefs@gmail.com

² Técnica Administrativa em Educação no Instituto Federal Farroupilha - Campus Júlio de Castilhos, especialista em Gestão Pública, aluna especial do PPGOP - UFSM. E-mail: landarasimon@yahoo.com.br

³ Professor Adjunto do Departamento de Administração UFSM, professor do Programa de Pós-Graduação em Organizações Públicas da UFSM, professor do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da UFSM e Doutor em Administração pela UFSM. E-mail: nelguimachado@hotmail.com.

methodology used for the development of research at this moment becomes a quantitative research, with documentary resource, where the information stored in the internal documents of the institution, made available by the Coordination of Academic Records (CRA) of the Instituto Federal Farroupilha - Campus Júlio de Castilhos beyond the analysis of data available on the Plataforma Nilo Peçanha (PNP), where it was possible to analyze the data and identify the indexes of ordinary students, retained and evaded in the institution, observing a situation of the matrix and the index of academic studies. School dropout is a frequent subject of studies in educational institutions, whether in the public or private sphere, identified as a phenomenon with constant elevation. Of concern, because in the institution in question, the index is significant given the number of cases avoided during the extraction and analysis of data collected in the research process.

Keywords: School retention; School evasion; Public administration.

1 INTRODUÇÃO

A retenção escolar consiste da não conclusão do curso no período previsto, fator concorrente para o aumento da propensão em relação à evasão escolar, que pode ser entendida como abandono do curso, conforme o estudo de Dore e Lüscher (2011). Esses fatos refletem negativamente na educação, pois acabam aumentando os recursos destinados a ela, gerando prejuízos às organizações e indivíduos, além de causar impactos negativos que interferem tanto na instituição de ensino, quanto na sociedade.

A identificação das possíveis causas da retenção e evasão escolar, bem como a gestão de informações sobre esse panorama é imprescindível para a formulação de programas que visam à permanência e o êxito educacional, uma vez que ambos os fenômenos são causados por uma série de fatores que afetam diretamente o aluno. Observam-se três principais motivos que contribuem para ocorrência dos fenômenos de retenção e, por consequência, evasão escolar: fatores internos (que ocorrem dentro da instituição), fatores externos (ocorridos fora da instituição) e fatores individuais (que condizem com a personalidade, capacidade e problemas pessoais de cada aluno). Conforme Fialho e Prestes (2018), esses fenômenos são antigos, manifestam-se tanto em âmbito nacional como internacional e em todos os níveis de ensino, causando prejuízos que afetam os indivíduos, as organizações e a sociedade.

Com o objetivo de ampliar o acesso e a permanência na educação superior foi instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) por meio do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007). Em consonância e visando atender as necessidades da educação básica e profissional, houve a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a partir da sanção da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008), tendo seu marco na criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi com a finalidade de ofertar educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Contudo, o processo de ampliação da oferta da educação pública federal fez com que os números de ingressantes ampliassem demasiadamente, fato que contribui para a propensão à retenção e evasão escolar.

Diante disso, o presente trabalho enquadra-se na área da Gestão Pública e sua temática está concentrada em identificar os principais motivos que levam a retenção e evasão escolar dos alunos nos cursos de nível superior no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. Em sua pesquisa, Santos (2017) conclui que investimentos em educação geram crescimento econômico em longo prazo, elevando a qualidade nos índices de educação no país que consequentemente elevam o nível de capital humano.

Para atingir o objetivo deste trabalho, o presente estudo usa como base as bibliografias consultadas e um levantamento de dados com informações obtidas no SIGAA (Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas) disponibilizados pela Coordenação de Registros Acadêmicos (CRA) além de analisar dados disponíveis na Plataforma Nilo Peçanha, tendo por base o ano de 2018. Por fim, a presente pesquisa poderá contribuir para abertura de novos estudos na área que poderão auxiliar na complementação de metas e ações já existentes. Ademais, irá possibilitar a elaboração de estratégias de enfrentamento e prevenção aos fenômenos de retenção e evasão escolar, melhorando os índices de permanência e êxito dos discentes e evitando dessa forma, desperdícios, tanto do ponto de vista social quanto financeiro.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A educação é um direito social e deve ser promovida e consolidada a fim de estimular o desenvolvimento da pessoa, preparando-a para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, art. 6º e 205º). Contudo, não basta afirmar que a educação é um direito fundamental. É preciso prover e concretizar ações observando alguns princípios que possuem relação direta com o sucesso escolar, tais como: a igualdade de condição para o acesso e permanência na escola, a garantia do padrão de qualidade, a valorização do profissional da educação escolar e a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais (BRASIL, 2014, p.15).

Para uma educação de qualidade ser conquistada, Russo (2012) elucida a necessidade de o educador conhecer as causas que determinam e influenciam alterações e adequações nas políticas educacionais, sendo necessário, conforme Santos Jr. e Real (2017) a concretização e promoção de ações que permitam a garantia desse direito, como a criação de programas que almejam ampliar as condições de acesso e permanência à educação, minimizando os efeitos das desigualdades sociais e regionais, promovendo a inclusão social e reduzindo assim, as taxas de retenção e de evasão escolar.

Tendo em vista a ampliação de políticas públicas voltadas à educação com intuito de diminuir a deficiência de acesso ao ensino público e de qualidade, houve a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e, a partir da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 foram criados os Institutos Federais, que possuem a finalidade de ofertar a educação técnica, formação inicial e continuada, cursos superiores e de pós-graduação, também devem realizar pesquisa e extensão, com a finalidade de promover o desenvolvimento regional qualificando profissionais para os diversos setores atuação. No Brasil existem atualmente 38 Institutos Federais, distribuídos entre o território nacional. No estado do Rio Grande do Sul, há três Institutos Federais: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul) (BRASIL, 2008). A expansão da Rede Federal de Educação marca o início de uma longa trajetória a ser percorrida

em direção ao acesso à educação, pois uma instituição de ensino técnico, tecnológico e profissional contribui com a região a qual está inserida, pelo ensino, pesquisa e extensão (ADAMS, 2019, p.11).

Contudo, a governança pública voltada a essa expansão culminou paulatinamente no crescimento demasiado das instituições de ensino e conforme ressalta Pereira (2003) com essa expansão das instituições do ensino por todo território nacional o número elevado de cursos inverte os valores da situação, onde não é mais o aluno que tem dificuldade em encontrar uma instituição para sua formação, mas sim as instituições que passam a ter cada vez mais dificuldade em encontrar alunos aptos a realizarem os cursos. Fato que pode agravar ainda mais a situação da evasão escolar, constituindo um grave problema que vai do ensino fundamental, estendendo-se pelo ensino médio, técnico, tecnológico, superior e ensino de jovens e adultos (EJA) (PEREIRA, 2003; DORE; LÜSCHER, 2011; BERNARD; DAVOK, 2016; SANTOS JR.; REAL, 2017; FIALHO; PRESTES, 2018).

Ao estudar pesquisas relativas à evasão, é notória de referenciais e teorias que explicam a retenção e a evasão, apesar de não entrarem em um conceito homogêneo sobre as mesmas (BRASIL, 2014). Em sua pesquisa, Dore e Lüscher (2011) afirmam que a retenção consiste da não conclusão do curso no período previsto, fator contribuinte para o aumento da propensão em relação à evasão. Sobre a ocorrência da evasão escolar, Bernard e Davok (2016) contribuem afirmando que a evasão ocorre quando: o aluno abandona o curso, não efetuando matrícula no tempo devido; o aluno cancela oficialmente a matrícula; o aluno se transfere para outro curso dentro da mesma instituição; o aluno se transfere para curso de outra instituição; o aluno se transfere *ex officio*, ou ainda, o aluno é excluído do curso/instituição por não atender às normas e regimentos institucionais.

Em termos gerais, sobre a conceituação de evasão a mesma está relacionada a não conclusão de uma unidade educacional que conduza o discente a um conhecimento especializado, sendo elencadas como duas principais o cancelamento do curso a pedido do aluno e a saída (transferência) da instituição de ensino (FIALHO, 2014, p.39). Em seu estudo, Dore e Lüscher (2011) concluem que a evasão tem uma natureza multiforme, tendo em vista que a escolha de sair/abandonar a escola ou instituição acadêmica é o ato final de um processo que se manifesta de muitas formas, visíveis ou não, ao longo da trajetória escolar/acadêmica do indivíduo.

Conforme dados obtidos no documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal (BRASIL, 2014, p.20) a definição de evasão é relacionada com a interrupção do aluno no ciclo do curso, onde o estudante pode ter abandonado o curso, não ter realizado a renovação da matrícula ou formalizado o desligamento/desistência do curso. A evasão causa diversos problemas para as instituições e sucessivamente para a sociedade, na compreensão de Bernard e Davok (2016), pois vagas ficam ociosas e novos profissionais para o mercado de trabalho deixam de ser formados, além de ser uma fonte de desperdício do dinheiro público por deixar ociosos funcionários, professores, equipamentos e espaço físico, afetando diretamente o resultado dos sistemas educacionais (SILVA FILHO et al 2007, p.642).

2.1 Tipos de evasão

No material produzido pela Comissão Especial de Estudos Sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras, há distinção sobre três tipos de evasão:

Evasão de curso: quando o estudante desliga-se do curso superior em situações diversas tais como: abandono (deixa de matricular-se), desistência (oficial), transferência ou reopção (mudança de curso), exclusão por norma institucional;
Evasão da instituição: quando o estudante desliga-se da instituição na qual está matriculado;
Evasão do sistema: quanto o estudante abandona de forma definitiva ou temporária o ensino superior (BRASL, 1996, p.16).

Destacando a importância sobre a distinção entre os três conceitos, na concepção de Fialho e Prestes (2018), o primeiro corresponde à evasão dentro da mesma instituição, muitas vezes entre áreas similares. O segundo refere-se à saída do curso de uma instituição, e o terceiro, que o aluno se desliga do curso, da instituição e não procura outro sistema de ensino. Referente à saída, as autoras ainda complementam que a evasão pode ser imediata (logo no primeiro ano dos estudos), e tardia (um processo gradativo no decorrer do curso); referente ao período de evasão a saída pode ser voluntária (a pedido do aluno) ou involuntária (a pedido da instituição por diferentes razões).

2.2 Fatores preponderantes à ocorrência da evasão

Vários autores contribuem sobre os fatores que mais influenciam na ocorrência dos fenômenos de retenção e evasão escolar, apesar de não entrarem em um consenso comum. De uma forma mais sucinta e tendo como base de referência o Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (BRASIL, 2014) que categoriza as causas da retenção e evasão escolar, adotando classificações bastante citadas na literatura, destacam-se os seguintes fatores:

2.2.1 Fatores internos

Problemas relacionados à infraestrutura, ao currículo, a gestão administrativa e didático-pedagógica da instituição, bem como outros fatores que desmotivam e conduzem o aluno a evadir do curso. Destacam-se nesse grupo: atualização, estrutura e flexibilidade curricular; cultura institucional de valorização da docência; existência e abrangência dos programas institucionais para o estudante; formação e motivação do professor; gestão acadêmica do curso; gestão administrativa e financeira da unidade de ensino; inclusão social e respeito à diversidade; infraestrutura física, material, tecnológica e de pessoal para o ensino; processo de seleção e política de ocupação das vagas; questões didático-pedagógicas; relação escola - família; oferta dos cursos incompatíveis com a realidade do aluno trabalhador.

2.2.2 Fatores externos

Problemas relacionados às dificuldades financeiras do estudante de permanecer no curso e às questões inerentes à futura profissão. Os fatores que constituem esse grupo são: avanços tecnológicos, econômicos e sociais; conjuntura econômica e social; oportunidade de trabalho para

egressos do curso; políticas governamentais para a educação profissional e tecnológica e para a educação superior; questões financeiras da instituição; reconhecimento social do curso; valorização da profissão.

2.2.3 Fatores individuais

Problemas relacionados aos aspectos peculiares e às características do estudante relativas à: adaptação acadêmica; capacidade de aprendizagem e habilidade de estudo; incompatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho; descoberta de novos interesses profissionais; frustração com o curso escolhido; escolha precoce da profissão; qualidade da formação escolar anterior; falta de informação a respeito do curso; questões de ordem pessoal ou familiar; participação e envolvimento em atividades acadêmicas; personalidade; questões de saúde do estudante ou de familiar; e questões financeiras do estudante ou da família.

Apesar de reconhecer que as causas da retenção e evasão escolar são múltiplas, Ferreira (2011) resume e agrupa os fatores determinantes em quatro grupos centrais: a) Escola: não atrativa, autoritária, professores despreparados, ausência de motivação, etc.; b) Aluno: desinteressado, indisciplinado, desmotivado, com problemas de saúde, gravidez, etc.; c) Pais/responsáveis: não cumprimento dos deveres atribuídos, irresponsabilidade, desinteresse em relação ao destino dos filhos, etc. d) Social: trabalho com incompatibilidade de horário para os estudos, agressão entre os alunos, violência, drogas, etc.

Considerando que os estudantes também interferem nas instituições de ensino e levando em conta a pesquisa desenvolvida por Polyodro (2000), é importante atentar-se sobre a tendência de pensar no estudante de maneira unidimensional e o ambiente institucional como uma estrutura estática e única, pois o impacto que a instituição de ensino causa no estudante é determinante para o desenvolvimento e êxito acadêmico, porém, não é contínuo uma vez que depende do esforço que o estudante detém sobre os cursos e oportunidades que a instituição oferece. Há ainda uma necessidade que o desenvolvimento da relação entre o estudante e instituição seja recíproca e dinâmica, uma vez que a vida acadêmica não pode ser vista apenas como uma condição para obtenção de um diploma (POLYODRO, 2000).

3 METODOLOGIA

Para o presente estudo, primeiramente foi utilizada uma pesquisa bibliográfica, com o propósito de elencar os fenômenos de retenção e evasão escolar. A finalidade da pesquisa bibliográfica é ampliar temas e conceitos já descritos em pesquisas efetuadas anteriormente e devidamente registradas por outros autores (SEVERINO, 2016). Corroborando com o autor acima, tem-se a associação da pesquisa bibliográfica com [...] “a procura de fatos significativos e interpretações do passado com dados e informações estatísticas encontrados em documentos oficiais periódicos profissionais e fontes similares” (GRESSLER, 2007, p.31).

Além da bibliografia consultada, a pesquisa pode ser considerada quantitativa, com característica documental, onde foram utilizadas informações obtidas em documentos internos à instituição (GIL, 2010, p. 30-31), disponibilizados pela Coordenação de Registros Acadêmicos (CRA) do IFFar – Campus Júlio de Castilhos, além da análise de dados disponíveis na Plataforma

Nilo Peçanha (PNP). A decisão por efetuar uma pesquisa quantitativa deu-se em razão da facilidade de descrição, análise, compreensão e classificação dos dados obtidos. Seguindo a conceituação dos autores Freitas e Prodanov (2013) a pesquisa quantitativa pode ser considerada como tudo que pode ser mensurável, ou seja, traduzir em números as opiniões e informações, analisando-as e classificando-as.

Elencou-se o Campus Júlio de Castilhos, dentre os onze *campi* do IFFar, para efetuar o levantamento de dados. A coleta dos dados foi através de informações públicas extraídas da Plataforma Nilo Peçanha, tendo por base o ano de 2018. Para a análise, foram organizadas planilhas por meio do programa Libre Office Calc, alimentando as mesmas com dados baseados no índice de eficiência acadêmica, situação de matrícula e taxa de evasão dos cursos superiores (Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Biologia, Bacharelado em Administração, Tecnologia em Gestão do Agronegócio e Tecnologia em Produção de Grãos) oferecidos no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Farroupilha – Campus Júlio de Castilhos.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Na Tabela 1 seguem os dados obtidos por meio da Plataforma Nilo Peçanha, ordenando primeiramente pela situação de matrícula dos cursos de graduação do IFFar - Campus Júlio de Castilhos.

Tabela 1 – Situação de matrícula dos cursos superiores ano -2018

CURSO	Em fluxo	Retidos	Evadidos	Concluintes
Bacharelado	129	23	25	15
Licenciaturas	141	15	50	44
Tecnólogos	162	43	44	19
TOTAL	432	81	119	78
PERCENTUAL	60,84%	11,41%	16,76%	10,99%

Fonte: adaptado Plataforma Nilo Peçanha, 2018.

Pode-se notar que 60,84% dos discentes estão em fluxo de curso representados por um total de 432, onde 11,41% encontram-se em situação de retenção da matrícula totalizando 81 discentes. No mesmo ano, pode-se inferir também que há 78 concluintes, representando 10,99% do total dos discentes com uma taxa de abandono/evasão de 16,76% onde 119 discentes deixaram de frequentar os cursos superiores ofertados pelo IFFar – Campus Júlio de Castilhos.

Na Tabela 2 a seguir, apresentam-se os dados que representam o índice de eficiência acadêmica dos cursos superiores da instituição analisada no presente estudo. Cabe salientar que estes dados também foram extraídos da plataforma Nilo Peçanha, referentes ao ano de 2018.

Tabela 2 – Índice de eficiência acadêmica dos cursos superiores ano -2018

Conclusão do ciclo	Evasão do ciclo	Retenção do ciclo	Índice de eficiência acadêmica
34,86%	41,71%	23,43%	45,5%

Fonte: adaptado Plataforma Nilo Peçanha, 2018.

Sobre o Tabela 2, é possível inferir que 45,5% dos discentes que ingressam nos cursos, concluem o mesmo. Deste total, 41,71% evadem/abandonam o curso que frequentam. E ainda 23,43% representam estão com sua matrícula retida na instituição. O Índice de eficiência

acadêmica integra o número de alunos que concluem as disciplinas da grade curricular do curso e sagram-se portadores do diploma.

Tabela 3 – Taxa de evasão dos cursos superiores ano-2018

CURSOS/ÁREA	Bacharelado	Licenciaturas	Tecnologia
Taxa de evasão do curso	13%	20%	16,4%
Taxa de evasão total	16,8%		

Fonte: adaptado Plataforma Nilo Peçanha, 2018.

Conforme Tabela 3, a taxa de evasão do curso de Bacharelado é de 13%. Já as Licenciaturas possuem uma taxa mais elevada, a qual totaliza 20% de evasão dos discentes. As Áreas de tecnologia representam 16,4% de evasão. Assim, a evasão a nível geral chega a 16,8%. Cabe ressaltar que esses dados são baseados no ano-base 2018, entretanto, agregam de forma geral as matrículas realizadas anteriormente ao ano de 2018.

Analisando somente as matrículas realizadas no ano de 2018, através de dados extraídos do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) disponibilizados pela Coordenação de Registros Acadêmicos, elaborou-se a Tabela 4, onde é possível constatar que a taxa de evasão total dos cursos superiores representou um valor considerável em relação ao número de alunos ativos. Em alguns casos, o número de evadidos é superior a quantidade de alunos ativos, fato que gera ainda mais preocupação em relação aos fatores que influenciam diretamente no índice de evasão.

Tabela 4 – Taxa de evasão dos cursos superiores ano-2018

CURSO	Total de matrículas (2018)	Ativos	Retidos	Evadidos
Bacharelado em Administração	51	35	3	13
Licenciatura em Biologia	35	21	0	14
Licenciatura em Matemática	43	11	0	32
Tecnólogo em Gestão do Agronegócio	44	22	2	20
Tecnólogo em Produção de Grãos	40	22	2	16
TOTAL	213	111	7	95
PERCENTUAL TOTAL	100%	52%	3%	45%

Fonte: Dados da Coordenação de Registros Acadêmicos (CRA) do IFFar – Campus Júlio de Castilhos, 2018.

Cabe salientar que o total de matrículas representados na Tabela 4 é composto pelos alunos de ingresso, reingresso, transferência (interna e externa) e demais chamadas conforme previsão em editais publicados pela instituição.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar os dados percebe-se que o número de alunos evadidos é bastante significativo frente ao número de alunos matriculados e cursando regularmente os cursos ofertados. As vagas não preenchidas permanecem ociosas, prejudicando recursos destinados à educação, uma vez que vagas (matrículas) não preenchidas são sinônimo de matriz orçamentária menor, acarretando menores investimentos em manutenção/aplicação em infraestrutura predial, equipamentos, materiais de consumo/expediente, laboratórios de ensino e pesquisa entre outros investimentos necessários para a oferta de ensino, pesquisa e extensão à comunidade acadêmica em geral.

Além dos fatores financeiros, a evasão muitas vezes impossibilita o preenchimento das vagas por candidatos que gostariam de estar frequentando os cursos ofertados pela instituição, mas não foram selecionados por algum motivo no processo, em razão de classificação no sistema de ingresso. Pode-se ainda dizer que as vagas ociosas representam profissionais que deixam de ser formados/qualificados, seja para formação pessoal ou ingresso no mercado de trabalho. Fica perceptível que o sistema para identificação dos fatores que levam a evasão é falho ou muitas vezes inexistente, não havendo condições plenas para identificação destes fatores, muito menos para saná-los.

Devido à complexidade do tema abordado é possível o desenvolvimento de novos estudos na área, que poderão contribuir com futuras melhorias na educação. Sugere-se ainda, que a prevenção e a identificação precoce ainda é a melhor solução para evitar a expansão da retenção e da evasão escolar. Esta identificação pode ser realizada por meio de formulários para preenchimento no momento trancamento da matrícula (retenção). Também pode ser realizado em conjunto com outros setores, um acompanhamento mais próximo durante o semestre letivo identificando possíveis trancamentos ou desistências, constatando discentes propensos à estas situações, elencando os possíveis motivos para a evasão. Desta forma, podem-se desenvolver mecanismos para manutenção da permanência e êxito dos alunos na instituição.

REFERENCIAS

ADAMS, Elias. **A política de cotas e de permanência: uma análise do triênio 2015-2017 do IFFar Campus Santo Ângelo**. Revista de Ciência e Inovação do IF Farroupilha, vol.4, nº 1, 2019.

BERNARD, R.P.; DAVOK D.F. Avaliação dos índices de evasão nos cursos de graduação da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 21, n. 2, p. 503-521, jul. 2016. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/aval/v21n2/1982-5765-aval-21-02-00503.pdf> >. Acesso em 25 set. 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm >. Acesso em: 02 out. 2019.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm >. Acesso em 21 set. 2019.

BRASIL. Decreto nº 9.023, de 22 de novembro de 2017. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2017/Decreto/D9203.htm >. Acesso em 23 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal.** Brasília: MEC, 2014. 52 p.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 20 dez. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 15 set. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm>. Acesso em: 01 out. 2019.

DORE, R.; LÜSCHER, A. Z. **Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais.** Cadernos de Pesquisa, v. 41, n. 144, set/dez. 2011. Disponível em: <<http://doi.org/10.1590/S0100-15742011000300007>>. Acesso em: 26 ago. 2019.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi. **Ensino médio no Brasil: os desafios das políticas de garantia do direito a sua universalização.** Linhas Críticas, Brasília, DF, v. 17, n. 34, p. 507-525, set./dez. 2011. Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo - ES. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3827>>. Acesso em 26 nov. 2019.

FIALHO, M.G.D.; PRESTES E. M. T.; **Evasão na educação superior e gestão institucional: o caso da Universidade Federal da Paraíba.** 2018 . Ensaio: aval. pol. públ. Educ. vol.26 nº. 100. Rio de Janeiro/RJ- Jul/Set. 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v26n100/1809-4465-ensaio-26-100-0869.pdf>>. Acesso em 04 set. 2019.

FREITAS, E.C.D.; PRODANOV, C.C. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico.** 2 ed. Universidade Feevale, Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, Brasil, 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed.- São Paulo: Atlas 2010.

GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios.** 3. ed. rev. atual.- São Paulo; Loyola, 2007. 328 p.

PEREIRA, Fernanda Cristina Barbosa. **Determinantes da evasão de alunos e os custos ocultos para as instituições de ensino superior: uma aplicação na Universidade do Extremo Sul Catarinense.** 2003. 172 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2003. Disponível em: <Disponível em <http://www.tede.ufsc.br/teses/PEPS3597.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2019.

POLYODRO, S. A. J. **O trancamento de matrícula na trajetória acadêmica do universitário: condições de saída e de retorno a instituição.** 2000. 167 f. Tese (Doutorado em Educação)- Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas,

2000. Disponível em:< <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/253539>.> Acesso em 28 nov. 2019.

RUSSO, Maria de Fátima. **Alfabetização: um processo em construção**. 6. ed. São Paulo: Saraiva 2012. 287 p.

SANTOS JR, J. S.; REAL, G. C. M.; **A evasão na educação superior: o estado da arte das pesquisas no Brasil a partir de 1990**. Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas, v.22, nº 2 maio/ago. 2017. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/aval/v22n2/1982-5765-aval-22-02-00385.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2019.

SANTOS, Rodolfo Rocha. **Influência da Governança Pública na Eficiência na Alocação dos Recursos Públicos em Educação e Saúde**. 141p. 2017. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Florianópolis, SC, 2017. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/186156/PPGC0151-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>>. Acesso em: 24 set.2019.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.